

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 7.502, DE 2014

Apensado: PL nº 3.043/2015

Apresentação: 27/04/2021 14:22 - CTASP
PRL 2 CTASP => PL 7502/2014

PRL n.2

Regulamenta o § 1º do art. 37 da Constituição Federal, para estabelecer limites de gastos para a publicidade de órgãos e entidades públicas, sanções nos casos de sua violação, e divulgação dos gastos em meio oficial.

Autor: Deputado RUBENS BUENO

Relator: Deputado KIM KATAGUIRI

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei (PL) nº 7.502, de 2014, de autoria do Deputado Rubens Bueno (PPS/PR), "regulamenta o § 1º do art. 37 da Constituição Federal, para estabelecer limites de gastos para a publicidade de órgãos e entidades públicas, sanções nos casos de sua violação, e divulgação dos gastos em meio oficial". Em resumo, a proposição:

- dispõe sobre o caráter exclusivamente educativo, informativo ou de orientação social da publicidade oficial, vedando o uso de marcas, logomarcas, slogans e congêneres destinados a identificar, na opinião pública, a gestão do respectivo governo;
- em se desrespeitando os referidos limites, prevê que **determinação judicial ordenará a imediata suspensão de sua veiculação, com punição da autoridade**



Assinado eletronicamente pelo(a) Deputado Kim Kataguirí
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD215652012800>



* C D 2 1 5 6 5 2 0 1 2 8 0 0 *

responsável nos termos da lei, incluindo o pagamento de indenização ao erário em valor correspondente ao do contrato de propaganda firmado, além de estabelecer a anulação do contrato;



- fixa limites para as despesas com publicidade oficial tomando como referência percentuais de investimentos autorizados na Lei Orçamentária Anual (LOA) do exercício anterior, excluindo desses limites os gastos com “publicações obrigatórias de caráter fiscal, como editais, balanços e avisos” e estabelecendo que as despesas deverão constar das próprias publicações ou ser divulgadas oralmente nas mídias faladas;
- determina prazo prescricional quinquenal para a pretensão de reparação de danos causados por violações às suas disposições;
- acrescenta inciso ao art. 10 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, o qual contém rol exemplificativo de atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário.

Trata-se de proposição sob regime ordinário de tramitação e sujeita à apreciação do Plenário após a análise por esta Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público (CTASP), pela Comissão de Finanças e Tributação (CFT) e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Encontra-se apensado ao referido projeto o PL nº 3.043, de 2015, de autoria do Deputado Diego Garcia (PHS/PR), que “dispõe sobre a publicidade e a propaganda governamentais e limita os gastos do Poder Executivo Federal com tais atividades”. Em resumo, este projeto:

- tem abrangência limitada ao Poder Executivo federal;
- traz definições conceituais de tipos de publicidade;
- estabelece que as despesas com “publicidade ou propaganda governamental” – segundo o projeto, “toda mensagem veiculada por mídia impressa, falada, audiovisual ou eletrônica destinada a divulgar atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos ou



entidades da administração pública direta e indireta do Poder Executivo Federal, custeada, integral ou parcialmente, por qualquer desses entes” – não poderão exceder anualmente a 0,1% do total de investimentos realizados pela União;



- estabelece que a “publicidade promocional” – segundo o projeto, aquela que se “destina a divulgar atos, ações, projetos, programas, obras, serviços, campanhas, metas e resultados dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal” – deve ficar restrita a, no máximo, 10% do montante global anual investido pelo Poder Executivo Federal em ações de publicidade e propaganda;
- veda qualquer investimento em “publicidade promocional” no caso de, no exercício anterior, não ser atingida a meta de *superávit* primário estabelecida nas diretrizes orçamentárias pelo Poder Executivo Federal;
- define a obrigatoriedade da divulgação das despesas na respectiva publicidade ou propaganda, na imprensa oficial e no sítio de *internet* do órgão ou entidade anunciante;
- define a obrigatoriedade da divulgação da íntegra dos contratos de publicidade ou propaganda, bem como da modalidade licitatória no sítio de *internet* do órgão ou entidade anunciante;
- dispõe que a infringência ao nele disposto configura “ato de improbidade administrativa ou crime de responsabilidade, conforme o caso, sujeitando o responsável, além das sanções penais, civis e administrativas, às cominações previstas na legislação específica”.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Kim Kataguiri
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD215652012800>



Registre-se, de início, que compete à Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público analisar as proposições apenas no tocante às matérias constantes do rol do inciso XVIII do art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.



Ambos os projetos, principal e apensado, trazem valiosas contribuições para que tenhamos, enfim, uma norma no ordenamento jurídico brasileiro que estabeleça regras específicas para os gastos com publicidade oficial dos órgãos e entes públicos, bem como punições para aqueles que dilapidam o erário se autopromovendo por meio de propagandas oficiais. Dados os ajustes necessários, optamos pela apresentação de um substitutivo.

Entendemos importante esclarecer a abrangência da norma, que alcançará a administração pública direta, autárquica e fundacional dos entes federativos, não incluindo as pessoas jurídicas de direito privado que compõem a administração indireta: empresas públicas e sociedades de economia mista. A estas aplica-se, além do art. 37, § 1º, da Constituição Federal (CF), a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que traz disposições específicas¹ acerca da publicidade e patrocínio das estatais.

Consideramos pertinente a menção expressa de vedação ao uso de nomes, símbolos ou imagens como forma de promoção de partidos, pois totalmente compatível com o princípio constitucional da impessoalidade.

Ademais, é de se registrar que permitir apenas o uso do Brasão da República, dos Estados da Federação, do Distrito Federal e dos Municípios,

¹ "Art. 27.

.....

§ 3º A empresa pública e a sociedade de economia mista poderão celebrar convênio ou contrato de patrocínio com pessoa física ou com pessoa jurídica para promoção de atividades culturais, sociais, esportivas, educacionais e de inovação tecnológica, desde que comprovadamente vinculadas ao fortalecimento de sua marca, observando-se, no que couber, as normas de licitação e contratos desta Lei."

"Art. 93. As despesas com publicidade e patrocínio da empresa pública e da sociedade de economia mista não ultrapassarão, em cada exercício, o limite de 0,5% (cinco décimos por cento) da receita operacional bruta do exercício anterior.

§ 1º O limite disposto no caput poderá ser ampliado, até o limite de 2% (dois por cento) da ~~receita bruta do exercício anterior~~, por proposta da diretoria da empresa pública ou da sociedade de economia mista justificada com base em parâmetros de mercado do setor específico de atuação da empresa ou da sociedade e aprovada pelo respectivo Conselho de Administração.



* C D 2 1 5 6 5 2 0 1 2 8 0 0 *

§ 2º É vedado à empresa pública e à sociedade de economia mista realizar, em ano de eleição para cargos do ente federativo a que sejam vinculadas, despesas com publicidade e patrocínio que excedam a média dos gastos nos 3 (três) últimos anos que antecedem o pleito ou no último ano imediatamente anterior à eleição.”



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Kim Kataguirí
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD215652012800>



conforme o caso, facilitará o respeito à determinação constitucional contida no art. 37, § 1º, da CF.

Como forma de incentivar o respeito ao princípio da impessoalidade, são bastante tempestivas as determinações de, em caso de publicidade oficial em desacordo com o disposto na lei: a) nulidade do respectivo contrato de propaganda; e b) pagamento, pela autoridade responsável, de indenização ao erário de valor correspondente ao do respectivo contrato, devidamente atualizado até o dia do pagamento. É imperioso o estabelecimento de sanções expressivas para alcançarmos o comportamento desejado.

Para que tenhamos um controle maior das despesas com publicidade oficial, entendemos imprescindível que sejam estabelecidos limites concretos para esses gastos, razão pela qual consideramos adequados e razoáveis os seguintes percentuais máximos fixados pelo projeto principal: a) para a União, 0,5% dos investimentos autorizados na Lei Orçamentária Anual, no exercício anterior; b) para os Estados, 0,7%; c) para os Municípios, 1%.

Atentamos para manter excluídos desses limites os gastos com publicações obrigatórias de caráter fiscal, como editais, balanços e avisos.

Nessa linha de estipulação de limites para os gastos com publicidade e aproveitando as disposições do projeto apenso, fixamos um limite específico para despesas com publicidade de obras públicas: 10% do montante global anual investido pelo respectivo ente público em ações de publicidade e propaganda.

Sabemos que é através da realização de obras públicas e da respectiva divulgação ostensiva que, muitas vezes, gestores alavancam sua imagem. Ora, obras públicas necessárias são direito do cidadão, não se podendo admitir que sua realização seja causa de dispêndio desmedido de recursos públicos com a respectiva publicidade, razão pela qual consideramos de absoluta importância não só impor esse limite específico de gastos, como proibir qualquer



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Kim Kataguiri

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg.autenticidade.assinatura.camara.leg.br/CD315633012800>



* C D 2 1 5 6 5 2 0 1 2 8 0 0 *

despesa com publicidade de obras públicas em caso de não atingida a meta de *superávit* primário estabelecida nas diretrizes orçamentárias pelo respectivo ente público.



Por fim, parece-nos, no tocante à alteração à Lei de Improbidade Administrativa (LIA), que o “liberar verba pública” já estaria contemplado no inciso XI do art. 10 da LIA, motivo pelo qual adequamos a redação do inciso proposto para ser acrescido ao rol de atos de improbidade administrativa que causam lesão ao erário.

Esclareça-se que compete à CCJC a análise da constitucionalidade do projeto, ao passo em que os aspectos financeiros serão objeto de análise pela CFT.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 7.502, de 2014, e do Projeto de Lei nº 3.043, de 2015, apenso àquele, na forma do Substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputado KIM
KATAGUIRI Relator

2021-3071



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Kim Kataguiri
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD215652012800>



COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 7.502, DE 2014

Apensado: PL nº 3.043/2015

Apresentação: 27/04/2021 14:22 - CTASP
PRL 2 CTASP => PL 7502/2014

PRL n.2

Regulamenta o § 1º do art. 37 da Constituição Federal, para estabelecer regras e limites de gastos para a publicidade oficial dos atos, programas, obras, serviços e campanhas de órgãos e entidades públicas, e sanções para a sua violação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei regulamenta o § 1º do artigo 37 da Constituição Federal, para estabelecer regras e limites de gastos para a publicidade oficial dos atos, programas, obras, serviços e campanhas de órgãos e entidades públicas, e sanções para a sua violação.

Art. 2º A publicidade oficial dos atos, programas, obras, serviços e campanhas de órgãos e entidades integrantes da administração direta, autárquica e fundacional da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverá ter caráter exclusivamente educativo, informativo ou de orientação social, vedado o uso de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades, servidores ou partidos.

Parágrafo único. Inclui-se na vedação do *caput* o uso de marcas, logomarcas, slogans e congêneres destinados a identificar, na opinião pública, a gestão de determinado governo, permitido

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Kim Katagumi

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD215652012800>



apenas o uso do Brasão da República, dos Estados da Federação, do Distrito Federal e dos Municípios, conforme o caso.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Kim Kataguirí
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD215652012800>



Art. 3º O material de publicidade oficial será de inteira responsabilidade do órgão ou entidade contratante, ainda que executado por terceiro contratado, seja pessoa física ou jurídica.

Art. 4º Deve ser imediatamente suspensa a veiculação de publicidade em desacordo com o disposto no art. 2º desta Lei, independentemente do meio de comunicação em que ocorreu a sua divulgação

Art. 5º A não observância do disposto no art. 2º implica a punição da autoridade responsável, nos termos da lei, além do pagamento de indenização ao erário de valor correspondente ao do respectivo contrato de propaganda ou similar, devidamente atualizado até o dia do pagamento.

Art. 6º O contrato administrativo que tenha dado origem à publicidade em desacordo com o art. 2º desta Lei será anulado nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Art. 7º As despesas com publicidade oficial não poderão exceder, anualmente, os seguintes percentuais dos investimentos autorizados na Lei Orçamentária Anual, no exercício anterior:

I – 0,5% (cinco décimos por cento), no caso da União;

II – 0,7% (sete décimos por cento), no caso dos Estados e do Distrito Federal e

III – 1,0% (um por cento), no caso dos Municípios.

Parágrafo único. Os limites indicados neste artigo não se aplicam aos gastos com publicações obrigatórias de caráter fiscal, como editais, balanços e avisos.

Art. 8º As despesas com publicidade de obras públicas ficam restritas a, no máximo, dez por cento do montante global anual investido pelo respectivo ente público em ações de publicidade e propaganda.



Parágrafo único. Caso, no exercício anterior, não seja atingida a meta de *superávit* primário estabelecida nas diretrizes orçamentárias pelo



Art. 13. O art. 18 da Lei 12.232, de 29 de abril de 2010 passa a vigor acrescido do seguinte §4º:

“Art.

18.....

.....

§4º. Após a realização de cada campanha publicitária, deve ser divulgado o relatório de análise técnica que embasou a escolha do veículo de divulgação, conforme previsto no §2º.” (AC)

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputado KIM
KATAGUIRI Relator

